

CORREIO ECONÔMICO

VICENTE NUNES

Dívida pública

Cálculos preliminares da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) mostram que a dívida pública registrou, em março, o menor crescimento desde o início do ano passado. Levando em conta apenas as operações de venda e compra de títulos públicos no mercado financeiro, a dívida cresceu R\$ 256 milhões (aí incluídas as emissões de papéis realizadas pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional).

Em janeiro, o total de títulos novos colocados pelo governo superou em quase R\$ 4 bilhões os resgates de papéis que estavam em circulação. Em fevereiro, o endividamento cresceu R\$ 4,4 bilhões. Isto, é claro, sem levar em conta o pagamento mensal de juros. Por não ter como quitar esses encargos em dinheiro, esse desembolso certamente terá que ser feito em novos títulos.

Na avaliação de técnicos da Andima, foi o afastamento dos investidores estrangeiros do país — estima-se que quase R\$ 500 milhões deixaram o Brasil apenas em março — o principal motivo para dar o alívio que o governo tanto de-

sejava na dívida pública. É que a cada dólar que entra no país, o governo precisa emitir reais. Mas como não deseja que haja dinheiro demais circulando na economia, acaba lançando títulos no mercado para retirar os excessos, aumentando, assim, o endividamento público.

O governo também recorre ao mercado para financiar os buracos de caixa, pois continua gastando mais do que arrecada, sobretudo por causa do socorro a bancos em dificuldades. É por isso que os técnicos da Andima vêem com ressalvas o menor crescimento da dívida pública em março. Se no mês passado o saldo foi mais tranqüilo, ainda é cedo para se falar em igual comportamento em abril.

Mesmo porque o socorro de R\$ 5,1 bilhões que o governo dará ao Banco do Brasil vai desaguar no aumento da dívida, apesar de os técnicos do governo dizerem o contrário. E porque o Palácio do Planalto decidiu abrir a mão para satisfazer a gula dos políticos fisiológicos, que apoiaram a derrubada da CPI dos bancos e a aprovação da reforma da Previdência.